

---

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0003484-67.2011.2.00.0000****Requerentes:** Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco - AMEPE

Fabiola Michele Muniz Mendes Freire de Moura

**Requerido:** Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**Advogado(s):** PE007397 - Izael Nobrega da Cunha (REQUERENTE)

---

**DECISÃO/OFÍCIO Nº \_\_\_\_\_/2011****I) RELATÓRIO**

As Requerentes, AMEPE e a Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Dra. **Fabiola Michele Muniz Mendes Freire de Moura**, buscam que seja determinado, mediante **concessão de liminar**, ao Tribunal mencionado que tome as **medidas necessárias** para **garantir a segurança pessoal da Magistrada** referida, por meio das Polícias Civil ou Federal, ante as **constantes ameaças** que vem sofrendo e o **episódio de tentativa de homicídio**, em que **policiais militares**, que **faziam sua escolta** de uma Comarca para outra, teriam atentado contra a sua vida e a de seu marido. Narram que a Juíza vinha conduzindo processo, quando à frente da Comarca de Tabira (PE), em que **policiais militares**, inclusive dois dos três **que fizeram a sua escolta restrita** em 08/06/11, são **rés de crime de tortura**, estampando-se aí a impossibilidade de que policiais militares pudessem estar garantindo a segurança da Magistrada. Dizem que, apesar de reiterados pedidos da Juíza e da AMEPE ao TJPE, ela **não obteve a proteção especial** esperada, tendo tanto a Presidência do TJPE quanto o Conselho da Magistratura do Estado estimulado a Juíza a pedir **transferência da Comarca de Tabira**, o que efetivamente aconteceu, encontrando-se ela hoje como Substituta na Comarca de São José do Belmonte. Apontam que tal solução não susta a possibilidade de ameaça à pessoa do substituto da Juíza na Comarca de Tabira, bem como da própria Juíza ou a sua família, uma vez que a Circunscrição da Polícia Militar em que se encontram servindo os rés (Comando do Policiamento do Sertão) alcança a jurisdição da Comarca em que agora labora. Entendem ser evidente o perigo na demora, ante todas as medidas intimidatórias que sofreu a Magistrada por parte de policiais militares, que, ademais, constituem a fonte do Serviço de Inteligência da Polícia que presta informações ao Tribunal Requerido e são rés em processos criminais (REQINIC1).

É o relatório.

**II) FUNDAMENTAÇÃO**

As Requerentes colacionam, no rol de documentos apresentados, **boletim de ocorrência** firmado pela Juíza Fabiola Michele Muniz Mendes Freire de Moura e seu marido, Gustavo Areias de Oliveira Melo, em que dá conta do episódio de suposta **tentativa de homicídio** perpetrada por **policiais militares** que faziam a sua escolta de uma Comarca à outra, na qual conduziria audiência de instrução de processo que teria por rés policiais militares (REQINIC1, p. 8-10).

Acostam, igualmente, **comunicação feita pelo policial militar Oficial de Operações do 23º Batalhão ao seu superior**, dando a sua versão do fato ocorrido, na qual asseve que os policiais da escolta da Juíza pararam o veículo que conduziam, ao sinal de luz vindo do automóvel guiado pela Magistrada e seu marido. Em sua versão, teriam descido armados porquanto o local era escuro e deserto, vindo o marido da Juíza a arrancar com o carro, de forma abrupta, sem qualquer explicação (REQINIC, p. 19-21).

Igualmente é anexada a **denúncia** feita pelo **Ministério Público do Estado de Pernambuco** contra vários **policiais militares**, por **crime de tortura**, incluindo **dois** daqueles que **escoltaram a Juíza Requerente** (REQINIC, p. 11-18).

O desempenho das **atividades da magistratura** baseia-se fundamentalmente na garantia de **independência do juiz**. Para tanto, têm sido implementadas, recentemente, medidas que reforçam a proteção dos magistrados, especialmente daqueles que lidam com a jurisdição criminal.

Constitui providência emblemática a edição da **Resolução 104/10 do CNJ**, que institui medidas administrativas para a segurança dos juízes e cria o Fundo Nacional de Segurança, haja vista a **ausência de lei** que confira, até o momento, **ampla proteção à magistratura**, nas hipóteses de situação de risco.

Na normativa em liça, desponta hialino o **art. 5º**, *verbis*:

*"Art. 5º Os tribunais deverão estabelecer estratégia junto aos órgãos policiais para a escolta de magistrados com alto risco quanto à segurança."*

Outrossim, a mesma norma preconizou, na letra do **art. 2º**, a implantação, pelos Tribunais, de **Comissão de Segurança** permanente, a fim de, entre outras incumbências, **elaborar o plano de proteção e assistência dos juízes** em situação de risco e decidir sobre pedidos de proteção especial.

Ora, resta demonstrada, a toda evidência, a **necessidade de atuação administrativa do Poder Judiciário** para **garantir**, mediante colaboração interinstitucional das polícias estaduais ou federais, que os seus **magistrados** possam **atuar** de forma **livre e imparcial**, sem pressões de qualquer natureza, a fim de decidir com justiça quanto aos casos que lhes são submetidos.

Nesse sentido é que vislumbro a **fumaça do bom direito** em relação ao pleito da Magistrada Requerente, com lastro na documentação que junta e na responsabilidade do Poder Judiciário quanto à questão da segurança pessoal de seus juízes que se encontrem em situação de risco. Ora, se a Magistrada tinha, sob sua condução, **processo criminal contra policiais militares, dos quais 2 fizeram parte de sua escolta**, era circunstância, para dizer o mínimo, constrangedora, senão temerária. Ademais, há outra série de atitudes intimidatórias que apontou sofrer por parte da polícia militar, o que carrega, de maneira ínsita, o perigo na demora, não sendo, por óbvio, suficiente que a Juíza tenha sido transferida de Comarca, havendo a constante ameaça à sua integridade física.

À luz do exposto, **DEFIRO** a liminar, *ad referendum* do Pleno, para que o TJPE providencie proteção pessoal para a Magistrada pela Polícia Civil ou Federal, analisando, ainda, de forma circunstanciada, as alegações das Requerentes, no sentido de que o Requerido se vale do serviço de inteligência da polícia militar do Estado de Pernambuco. Intime-se o Requerido, com urgência, inclusive pela via telefônica. Preste, ainda, o TJPE, as informações devidas no prazo regimental de 15 (quinze) dias. Alfim, regularizem as Requerentes suas identificações, nos termos da CERT3. Cópia da presente servirá como ofício.

**Min. IVES GANDRA**  
**Conselheiro**

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por Min. IVES GANDRA em 01 de Julho de 2011 às 15:14:44

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:  
b766d7cfe0d8919968cfdaee88e03a9e



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3**  
**30/03/2014 00:00:00**

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **683550**



11070115144500000000000682842